

MURILLO GIORDAN SANTOS

Prefácio

*Thiago Marrara*

Apresentação

*Irene Patrícia Nohara*

# COISA JULGADA ADMINISTRATIVA

Belo Horizonte

**FÓRUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

2021

© 2021 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Camarosan
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

# FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

S237c Santos, Murillo Giordan  
Coisa julgada administrativa / Murillo Giordan Santos. – Belo Horizonte : Fórum,  
2021.  
290 p.; 14,5x21,5cm  
ISBN: 978-65-5518-127-2  
1. Direito Administrativo. 2. Processo administrativo. 3. Ato administrativo.  
I. Título.

CDD: 341.3

CDU: 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SANTOS, Murillo Giordan. *Coisa julgada administrativa*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 290 p. ISBN 978-65-5518-127-2.

## SUMÁRIO

---

 PREFÁCIO

<b>Thiago Marrara</b> .....	13
-----------------------------	----

## APRESENTAÇÃO

<b>Irene Patrícia Nohara</b> .....	17
------------------------------------	----

INTRODUÇÃO.....	21
-----------------	----

1 Apresentação da tese.....	21
2 Metodologia.....	27
3 Estrutura da obra.....	35

## CAPÍTULO I

## COISA JULGADA ADMINISTRATIVA: CONCEITO E

DEFINIÇÕES.....	41
-----------------	----

1 Conceito.....	41
1.1 Por que redefinir o conceito de coisa julgada administrativa? ...	41
1.2 A redefinição do conceito de coisa julgada administrativa.....	42
2 O estado da arte da coisa julgada administrativa no direito brasileiro.....	43
2.1 Teorias que negam a existência da coisa julgada administrativa.....	45
2.2 Conteúdo da coisa julgada administrativa.....	50
2.3 Requisitos para a formação da coisa julgada administrativa.....	54
2.4 Limites da coisa julgada administrativa.....	57
2.5 Uso da expressão <i>coisa julgada administrativa</i> .....	60
3 Origens e fundamentos da coisa julgada administrativa.....	66
3.1 Coisa julgada e coisa julgada administrativa.....	66
3.2 Origem civilista da coisa julgada e seus fundamentos.....	69
3.3 Surgimento e fundamentos da coisa julgada administrativa.....	77

## CAPÍTULO II

## COISA JULGADA ADMINISTRATIVA NA LEI Nº 9.784/1999:

PRINCÍPIOS E OBJETIVOS.....	89
-----------------------------	----

1	Panorama geral da Lei nº 9.784/1999 .....	90
2	Elementos da Lei nº 9.784/1999 relacionados com a coisa julgada administrativa .....	96
2.1	Âmbito de aplicação da Lei nº 9.784/1999 e da coisa julgada administrativa .....	97
2.2	Coisa julgada administrativa e o atendimento aos objetivos da Lei nº 9.784/1999: a proteção dos direitos dos administrados e o melhor cumprimento dos fins da Administração.....	106
2.3	Princípios da Lei nº 9.784/1999 que estruturam a coisa julgada administrativa .....	110
2.3.1	Devido processo legal, ampla defesa e contraditório.....	116
2.3.1.1	Contraditório.....	123
2.3.1.2	Ampla defesa.....	126
2.3.2	Segurança jurídica .....	128
2.3.3	Crítica ao uso desmedido de princípios e o art. 20 da LINDB....	139
2.4	CrITÉRIOS da Lei nº 9.784/1999 que estruturam a coisa julgada administrativa .....	141
2.4.1	Boa-fé.....	142
2.4.2	Vedação de interpretação retroativa .....	157
2.5	Coisa julgada administrativa como reforço das finalidades do processo administrativo.....	162
2.5.1	Contribuição para o controle da Administração Pública.....	162
2.5.2	Contribuição para reduzir a judicialização da atividade administrativa .....	164

### CAPÍTULO III

#### MODOS DE OCORRÊNCIA DA COISA JULGADA

	ADMINISTRATIVA NA LEI Nº 9.784/1999 .....	169
1	Coisa julgada administrativa nos atos nulos .....	171
1.1	A decadência do art. 54 da Lei nº 9.784/1999.....	172
1.2	Situação de fato consolidada antes do transcurso do prazo quinquenal.....	188
1.3	Proibição de alegação da própria torpeza.....	190
2	Coisa julgada administrativa nos atos revogáveis.....	191
2.1	Respeito aos direitos adquiridos .....	194
2.2	Vedação de aplicação retroativa de nova interpretação.....	196
2.3	Preclusão administrativa .....	198
2.4	Boa-fé.....	204
2.5	O art. 23 da LINDB e a modulação dos efeitos de atos não sujeitos à coisa julgada administrativa .....	207
3	Outras hipóteses de coisa julgada administrativa .....	209

3.1	Teoria do fato consumado .....	209
3.2	Decisão proferida pelo Poder Judiciário com força de coisa julgada .....	214

#### CAPÍTULO IV

REQUISITOS PARA A FORMAÇÃO DA COISA JULGADA ADMINISTRATIVA .....		
		219
1	Requisitos comuns .....	220
2	Requisitos para a formação da coisa julgada administrativa dos atos nulos .....	222
3	Requisitos para a formação da coisa julgada administrativa dos atos revogáveis .....	222

#### CAPÍTULO V

A MODULAÇÃO DA COISA JULGADA ADMINISTRATIVA NOS DIVERSOS TIPOS DE PROCESSO ADMINISTRATIVO .....		
		235
1	Processos administrativos de seleção pública .....	238
2	Processos administrativos para a aplicação de sanção .....	240
3	Processos administrativos de licenciamento ambiental .....	242
4	Processos administrativos para tomada de contas .....	246
5	Ausência de decisão no processo administrativo: o silêncio administrativo .....	250

#### CAPÍTULO VI

DESCONSTITUIÇÃO DA COISA JULGADA ADMINISTRATIVA .....		
		257
1	Meios administrativos e judiciais .....	258
2	Revisão do processo administrativo disciplinar .....	263
3	Recurso hierárquico impróprio .....	265
4	Necessidade de revisão da Súmula nº 473 do STF .....	268

CONCLUSÕES .....	273
------------------	-----

REFERÊNCIAS .....	279
-------------------	-----